

SC14943
48/34/12

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 5130 36

website: www.iau.int

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sétima Sessão Ordinária
7 - 12 Junho de 2015
Joanesburgo, ÁFRICA DO SUL

EX.CL/906(XXVII)
Original: Inglês

RELATÓRIO DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE DEFESA,
PROTECÇÃO E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA

RELATÓRIO DA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE DEFESA, PROTECÇÃO E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA

I. INTRODUÇÃO

1. O presente relatório fornece uma visão geral dos trabalhos da 8ª Reunião Ordinária do Comité Técnico Especializado de Defesa, Protecção e Segurança (STCDSS), realizada em Victoria Falls, Zimbabwe, em 15 de Maio de 2015, bem como das reuniões preparatórias dos Chefes de Estado-Maior da Defesa e dos Chefes dos Serviços de Segurança e Protecção e de Peritos.

II. REUNIÃO PREPARATÓRIA DE PERITOS E 11ª REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO-MAIOR DA DEFESA E CHEFES DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA E PROTECÇÃO

2. A 8ª Reunião Ordinária do STCDSS foi precedida por uma reunião de peritos de 11 a 13 de Maio de 2015, e pela 11ª reunião dos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas e dos Chefes de Protecção e Segurança de África, realizada entre 14 e 15 de Maio de 2015. Estas reuniões preparatórias, que contaram com a participação de representantes dos Estados-membros e dos Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (MR), analisaram os progressos realizados na operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta (FAEA) e sua respectiva Capacidade de Mobilização Rápida (CMR), bem como no estado de prontidão operacional da Capacidade Africana para a Resposta Imediata às Crises (CARIC) e outras questões relacionadas em matéria de paz e segurança.

3. A reunião dos Chefes de Estado-Maior da Defesa e dos Chefes dos Serviços de Segurança e Protecção, foi oficialmente aberta pelo Comandante das Forças de Defesa do Zimbabwe, na sua qualidade de representante da Presidente da UA, e Comissário para a Paz e Segurança. A reunião permitiu a troca de opiniões sobre o relatório da reunião preparatória de peritos, e aprovou as suas recomendações, com base nas suas próprias deliberações e observações. A reunião adoptou conclusões relativas à operacionalização da FAEA, incluindo a sua CMR, a harmonização da FAEA e da CARIC e outras questões relevantes em matéria da segurança.

III. REUNIÃO MINISTERIAL DO STCDSS

4. Tal como referido acima, os Ministros Africanos da Defesa e dos Serviços de Segurança e Protecção, reuniram-se em 15 de Maio de 2015. O Ministro da Defesa da República do Zimbabwe, Dr. Sydney Sekeramayi e o Comissário para a Paz e Segurança, Smaïl Chergui, abriram oficialmente a reunião, o que serviu de oportunidade para fazer um balanço dos progressos realizados na operacionalização da FAEA-CMR, estado de prontidão operacional da CARIC, harmonização da FAEA-CMR e da CARIC e de outras questões relacionadas com a segurança, incluindo o terrorismo no continente e a situação recente no Burundi.

5. Na Declaração adoptada pelo STCDSS, foram feitas recomendações importantes em relação à operacionalização da FAEA e da CMR, e sobre a CARIC. Notavelmente, os Ministros salientaram a necessidade de garantir que seja dada prioridade à operacionalização total da FAEA e da respectiva CMR, como um pilar importante da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (AAPS). Ressaltaram igualmente que, no período transitório, os conceitos sobre a CARIC e FAEA-CMR devem ser integrados, com vista a evitar a duplicação de esforços e garantir que a CARIC ajude a acelerar a operacionalização da CMR. Neste sentido, os Ministros recomendaram que as capacidades das Nações Voluntárias da CARIC (NV) ser

integradas nos diversos Mecanismos Regionais. Portanto, enfatizaram que a CARIC não se destina a substituir a FAEA-CMR e que esforços concertados devem ser feitos pela Comissão da UA, CER / MR, com o apoio dos Estados-membros, para se atingir a Plena Capacidade Operacional plena da FAEA até finais de Dezembro de 2015. Os Ministros observaram ainda com satisfação os progressos realizados pelas CER / MR e pela Comissão da UA, com vista ao alcance da plena capacidade operacional até Dezembro de 2015.

6. O STCDSS recordou que o próximo Exercício de Treinos no Terreno (FTX), também conhecido como exercício AMANI AFRICA II, foi criado e concebido para avaliar a plena capacidade operacional da FAEA-CMR. A este respeito, a reunião sublinhou a necessidade de a Comissão da UA, CER/MR, com o apoio dos Estados-membros, garantirem o sucesso do Exercício de Treinos no Terreno, a ter lugar em Joanesburgo, África do Sul, em Outubro de 2015, para testar a prontidão operacional da FAEA-CMR. A reunião sublinhou que a CARIC deve ser dada a oportunidade de contribuir para o exercício AMANI AFRICA II, a fim de harmonizar as suas actividades com as das FAEA.

7. Os Ministros recomendaram à Conferência da União no sentido de adoptar a Declaração anexa. Com base na decisão da Conferência sobre o assunto, a Comissão tomará as medidas necessárias de acompanhamento.

IV. OBSERVAÇÕES

8. Desde a última reunião do STCDSS, continuaram a ser envidados esforços, com vista à plena capacidade operacional das FAEA. Foram também dados passos para operacionalizar a CARIC, como uma disposição transitória enquanto se aguarda a operacionalização das FAEA e da sua CMR.

9. É fundamental que o continente intensifique os seus esforços para garantir a operacionalização oportuna das FAEA, pois tal irá melhorar significativamente a capacidade da UA para enfrentar os enormes desafios que o continente continua a enfrentar no domínio de paz e segurança. As recomendações da oitava Reunião Ordinária do STCDSS delinearam claramente os passos a serem tomados para garantir a plena operacionalização das FAEA até 2015. É fundamental cumprir esse prazo. Eu recomendo que o Conselho Executivo aprove as recomendações feitas em Victoria Falls.

EX.CL/906(XXVII)
Annex

DECLARAÇÃO

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: +251 11 551 7700 / Fax: +251 11 5 517 844
website: www.au.int

SC14945 - 67/67/22/10

**8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO
DE DEFESA, SEGURANÇA E PROTECÇÃO
15 DE MAIO DE 2015
VICTORIA FALLS, ZIMBABWE**

DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

1. Nós, os membros do Comité Técnico Especializado de Defesa, Segurança e Protecção (STCDSS) da União Africana (UA) reunimo-nos na 8ª Sessão Ordinária em Victoria Falls, Zimbabwe, e analisamos as Conclusões dos Chefes de Estados-maiores Gerais (ACDS) sobre o Progresso feito para a operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta e a sua Capacidade Rápida de Implantação (ASF-RDC) e o estado de prontidão da Capacidade Africana para a Resposta Imediata de Crises (ACIRC).)

2. A nossa reunião foi realizada como um seguimento à Declaração adoptada pela 7ª Reunião Ordinária do STCDSS, realizada em Adis Abeba a 14 de Janeiro de 2014, que foi precedida pela 11ª Reunião dos Chefes de Estados Maiores e Gerais Africanos e os Chefes da Segurança e Protecção realizada de 14 a 15 de Maio de 2015, e uma Reunião de Peritos de 11 a 13 de Maio de 2015, respectivamente.

3. Com base nas conclusões dos Chefes de Estados-Maiores-Generais, nós declaramos o seguinte:

- a) Solicitamos à Comissão da UA a acelerar a conclusão das Directivas de Formação Anual, Quadros, Políticas, Normas e Currículo para Formação e Capacitação e garantir a sua divulgação aos Estados-membros. Posteriormente, os Estados- membros da UA devem incentivar os seus Centros de Formação de Manutenção de Paz a aderirem as Directivas de Formação da UA, Quadros, Políticas, Normas e Currículo para a Formação e Capacitação de pessoal para a OSP liderado por África.
- b) Solicitamos que a Comissão da UA e as CER/MR devem desenvolver orientações sobre a ligação entre as escalas de serviço e de formação de civis para garantir que os peritos elegíveis para a implantação estejam bem treinados e adequadamente preparados antes da implantação.
- c) Solicitamos que os Estados-membros da UA e as CER/MR sejam encorajados a continuar o seu apoio no sentido de reforçar as componentes civis e policiais da ASF. Neste sentido, recomenda-se que o Relatório da Dimensão Civil da Reunião da ASF realizada em Lusaca, Zâmbia, de 06 a 07 de Maio de 2015, seja aprovado.
- d) Reafirmamos a política de tolerância zero da UA contra SEA, bem como todas as formas de má conduta e abuso e, solicitamos que os Estados-membros da UA proporcionem apoio adicional, nomeadamente através do destacamento de pessoal a custo próprio, para fortalecer a capacidade de Conduta e Disciplina, tanto dentro de PSOD, bem como nas operações de apoio à paz actuais da UA.
- e) Solicitamos à Comissão da UA a trabalhar no sentido de melhorar as relações de trabalho com CER/MR de partilha atempada e a troca de informações.
- f) Solicitamos à Comissão da UA para agilizar a operacionalização total do CLB, incluindo a apresentação da estrutura e o orçamento total

necessário para a sua operacionalização na próxima Reunião do STCDSS. Solicitamos ainda a finalização do Memorando de Entendimento (MdE) entre a Comissão da UA e do Governo da República dos Camarões, na operacionalização do CLB, o mais tardar até 31 de Julho de 2015.

- g) Incentivamos aos Estados-membros a apoiarem o mandato do Grupo de Apoio Estratégico da Polícia (PSSG) na coordenação, mobilização e desenvolvimento de capacidades da polícia para as operações de apoio à paz.
- h) Felicitamos o Governo da Argélia pelo acolhimento da Conferência dos Chefes da Polícia em Argel e o Governo da Zâmbia pela convocação do Workshop sobre a Dimensão Civil da ASF, em conformidade com a Declaração da 7ª Reunião do STCDSS. Por isso, apoiamos as recomendações e instamos a Comissão da UA para uma implementação célere e para comunicar progressos na próxima Reunião do STCDSS.
- i) Solicitamos aos Estados-membros para garantir um Comité plenamente funcional de Estado-Maior (MSC), com a participação efectiva dos Adidos Militares dos Estados-membros do CPS da UA, de acordo com o Protocolo de 2004 relativo à criação do Conselho da Paz e Segurança da UA. Neste sentido, solicitamos à Comissão da UA a olhar para as modalidades de abordar esta questão. Para além disso, os Estados-membros do CPS da UA devem garantir a implantação dos seus respectivos Adidos de Defesa em Adis Abeba.
- j) Recordamos a decisão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo que os 25% do total das contribuições avaliadas da UA serão destinados para as operações de apoio à paz, e instamos aos Estados-membros a fazerem contribuições voluntárias para o Fundo de Paz para as operações actuais e futuras de apoio à paz, a fim de cobrir áreas como transporte estratégico, teatro de operações móvel, sustento em missão, subsídios e reembolsos para Contingente de Equipamento Privado.
- k) Pedimos aos Estados-membros da UA para considerarem contribuir com as Capacidades de Transporte Estratégico (aéreo, marítimo e rodoviário) e outros facilitadores críticos para as operações actuais e futuras.
- l) Encorajamos os Estados-membros da UA para providenciar apoio para a operacionalização do Centro de Coordenação de Movimento Continental, que é uma parte crítica dos requisitos de transporte estratégico da UA.
- m) Solicitamos à Comissão da UA a realizar uma avaliação técnica a todos os PLANELMs no sentido de garantir a implementação das recomendações sobre os PLANELMs contidos no Relatório de Gambari, a fim de reforçar a coordenação entre os PLANELMs continentais e regionais e no sentido de operacionalizar a ASF.
- n) Instamos aos Estados-membros da UA para encontrarem formas inovadoras de facilitar as capacidades do pessoal na disponibilização dos PLANELMs para o Início da Missão, através da implantação auto-

sustentada de peritos multidisciplinares, numa base periódica e sempre que forem necessários para apoiar o processo de planeamento das operações de paz.

- o) Reiteramos as decisões pertinentes da UA sobre a necessidade de garantir que o pessoal uniformizado destacado para PSOD sirva por um período não superior a três anos, tendo em conta a distribuição regional equitativa em conformidade com o Regulamento Interno da CUA, e ainda pedimos para que a Comissão da UA dê uma notificação atempada de seis meses aos Estados-membros antes do final dos contratos dos oficiais a serem alternados. Neste contexto, os Estados-membros são convidados a garantir uma substituição rápida dos oficiais alternados.
- p) Exortamos a UA e as CER/MR à rever o conceito estratégico de apoio à missão em conformidade com as novas exigências da mudança de natureza de alta intensidade de muitas operações de apoio à paz lideradas pelos Africanos.
- q) Incentivamos aos Estados-membros da UA a doar equipamentos C3IS empregues durante o exercício de AMANI África II junto da UA, em apoio às operações de apoio actual e futuras da paz.
- r) Encorajamos os Estados-membros da UA a apoiar as suas CER/MR na publicação da Escala de ASC e a aderir às determinações do quadro político de ASF, no sentido de garantir que a escala se beneficia da diversidade dos recursos humanos – da função pública, sociedade civil, sector privado e de peritos independente.
- s) Os Estados-membros da UA e CER/MR deveriam finalizar o quadro jurídico da UA-CER/MR relativo à contratação do ASF, até 31 de Dezembro de 2015, e garantir a Comissão da UA a aderir aos prazos previstos.
- t) A Comissão da UA encoraja aos Estados-membros a confirmar as suas promessas a ASF, com vista a proceder a uma verificação dos compromissos até ao final de 2015. Além disso, a verificação dos compromissos deve ser dirigida pela CUA e pelas CER/MR.
- u) Elogiamos o progresso feito pelas forças em estado de alerta da CEEAC, EASF, CEDEAO e da SADC pela operacionalização total da ASF. Além disso exortamos a NARC para voltar a duplicar os seus esforços para garantir a operacionalização total da sua força de reserva como parte da operacionalização total da ASF.
- v) Elogiamos as Nações Voluntárias de ACIRC (VNs) pelas suas contribuições no sentido de garantir a prontidão operacional total da Força de ACIRC. E ainda notamos que a ACIRC deveria começar a retirar-se uma vez que a ASF e o seu RDC tornarem-se operacional até Dezembro de 2015.

4. No que diz respeito à harmonização da ASF-RDC e ACIRC, declaramos o seguinte:

- a. Sublinhamos a necessidade de garantir que a prioridade deve continuar a ser dada à operacionalização total da ASF e o seu RDC como um pilar importante da Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA).
- b. Além disso, sublinhamos a necessidade de um período interino para integrar a ACIRC com conceitos de ASF RDC, a fim de evitar a duplicação de esforços e garantir que a ACIRC ajudará a acelerar o processo de operacionalização de RDC.
- c. Reafirmamos que a ACIRC funciona como uma disposição transitória enquanto se aguarda a operacionalização em plena da ASF e do seu RDC para proporcionar a UA com uma força flexível e robusta. Notamos com satisfação que a ASF e o seu RDC visam a atingir a Plena Capacidade Operacional (FOC) até Dezembro de 2015. Recomendamos que as capacidades das VNs da ACIRC deveriam ser integradas nas diversas CER/RM. Portanto, a ACIRC não se destina a substituir o RDC ASF e dever-se-ia dar uma importância especial para alcançar a plena capacidade operacional da ASF até ao final de Dezembro de 2015.
- d. Sublinhamos a urgência na implementação das recomendações adoptadas pelo Painel Independente de Peritos sobre a Avaliação da Operacionalização da ASF e o Plano de Acção para Alcançar a FOC até 2015 (Relatório de Gambari de 10 de Dezembro de 2013).
- e. Reiteramos que o exercício de AMANI AFRICA II foi criado e concebido para avaliar a plena capacidade operacional da ASF RDC. Como disposição transitória até que a operacionalização completa da ASF, a ACIRC será dada uma oportunidade de contribuir para o exercício de AMANI AFRICA II, a fim de harmonizar as suas actividades em conformidade com as decisões da Conferência 489 (XXI) e 515 (XXII). No entanto, a tal participação não deve ser feita à custa de ASF e nem o processo da operacionalização do seu RDC.
- f. Salientamos a necessidade de continuar a proporcionar todos os recursos necessários para a operacionalização da ASF-RDC, no entanto, a CUA deve continuar a prestar apoio administrativo e logístico à Célula de PSOD ACIRC.
- g. Reconhecemos a importância de garantir a visibilidade e que todos os Estados-membros da União Africana sejam, através do Conselho de Paz e Segurança (CPS), informados de forma transparente sobre as actividades da ACIRC até à sua integração na ASF.
- h. Recomendamos ao recrutamento pleno de pessoal de PSOD e de estabelecer e capacitar uma célula de ASF dentro da Unidade de Desenvolvimento de Capacidades de PSOD dirigida por representantes das CER/MR, sobre os encargos da UA, a fim de assegurar a plena capacidade operacional e garantir uma coordenação reforçada entre os PLANELMs continentais e as regionais. A este respeito, os Estados-membros são instados a proporcionar à Comissão da UA, um financiamento adicional para cobrir os custos.

5. Expressamos profunda preocupação dos contínuos ataques e ameaças colocados pelo terrorismo em todo o continente e declaramos o seguinte:

- a) Condenamos veementemente todos os actos de terrorismo perpetrados em todo o continente, incluindo ataques recentes nos Camarões, Chade, Quênia, Mali, Níger, Nigéria e Sudão. A reunião exortou ainda a todos os Estados-membros a apoiar os esforços concertados da Força constituída pelos Estados-membros da Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) e Benim, bem como os esforços do Governo do Quênia para enfrentar o Terrorismo e Radicalização. Neste contexto, a Reunião tomou nota das contribuições de 100 milhões e 50 milhões de \$EU feitas pela Nigéria e CEEAC, respectivamente, na luta contra o terrorismo e incentivou a Comissão da UA a apoiar os Estados-membros da LCBC e Benim na Operacionalização da Força Multinacional de Operação Conjunta (MNJTF) contra o Boko Haram.
- b) Exortamos aos Estados-membros para garantir apoio contínuo para o processo de Djibouti e o Processo de Nouakchott no reforço da cooperação para a segurança e operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana em todas as regiões.

6. Tomamos nota das informações pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo da República do Togo e saudamos a planificação em curso e os preparativos da próxima Cimeira Extraordinária sobre a Segurança Marítima e Desenvolvimento em África que se realizará em Lomé, Togo, de 2 a 7 de Novembro de 2015. Instamos aos Estados-membros para participarem da reunião como parte dos esforços para estabelecer uma rede de colaboração para lidar com o flagelo das ameaças à segurança marítima e preservação do meio marinho.

7. Sobre a situação prevalecente no Burundi, o STCDSS:

- a) Faz recordar a Cimeira Extraordinária da Comunidade da África Oriental, realizada em Dar-es-Salaam, Tanzânia, a 13 de Maio de 2015, e o Comunicado do Conselho de Paz e Segurança da UA aprovado na sua 507ª reunião sobre a situação no Burundi, a 14 de Maio de 2015, realizada em Adis Abeba, Etiópia.
- b) Manifesta a sua profunda preocupação com a evolução da situação que se desenrola no Burundi, incluindo os confrontos violentos que têm ocorrido e continuam a acontecer em Bujumbura e noutras partes do país.
- c) Condena todos os actos de violência, designadamente aos ataques contra as populações civis e a destruição gratuita de bens. O STCDSS apela à contenção de todas as partes do Burundi.
- d) Condena firmemente a qualquer tentativa de tomada do poder pela força e apela urgentemente a todos os partidos políticos Burundeses e outras partes interessadas a resolverem as suas diferenças de forma pacífica no interesse supremo do Burundi e do seu povo. Neste contexto, o STCDSS exige conformidade com os instrumentos pertinentes da UA, incluindo a Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação.

8. No processo de paz no Mali, o STCDSS:
 - a. Louva a assinatura, em Bamaco, a 15 de Maio de 2015, do Acordo de Paz entre o Governo do Mali e os grupos armados no âmbito do Processo de Argel, na presença de representantes de alto nível, incluindo o Presidente Robert Mugabe, actual Presidente da UA.
 - b. Reconhece os esforços desenvolvidos pela equipa de mediação liderada pela Argélia com o apoio da comunidade internacional.
 - c. Insta a todas as partes e aos intervenientes a aderir aos seus compromissos para a implementação efectiva do acordo, que facilitará a segurança e paz sustentável, estabilidade e prosperidade no Mali. Neste contexto, apela-se a todos os Estados-membros e parceiros da UA a continuarem a apoiar o Mali e o seu povo.
9. Reiteramos ainda mais o papel do STCDSS conforme a Decisão 227 da Conferência, em conformidade com o disposto no Artigo 15º do Acto Constitutivo da UA. A este respeito, Recomendamos à Conferência da União, na sua 25ª Sessão Ordinária, agendada a ter lugar em Joanesburgo, África do Sul, de 14 a 15 de Junho de 2015, a adoptar a presente Declaração.
10. O STCDSS expressou a sua gratidão ao povo e ao Governo da República do Zimbabwe pelo acolhimento da reunião e pela hospitalidade demonstrada a todas as delegações.

2015

Report on the 8th ordinary meeting of the specialized technical committee on defense, safety and security of the African Union

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4745>

Downloaded from African Union Common Repository